



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

Aos 3 dias do mês de março de 2021, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 62, 63 e 64, respetivamente de 17, 24 e 25 de fevereiro de 2021;
2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 529/XIV/1.ª (BE)** - «Recomenda ao Governo que equipare e abranja as forças militarizadas nas condições e regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social das forças militares, procedendo à alteração da Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro»;
4. Fixação da redação final do **Projeto de Resolução n.º 814/XIV/2.ª (PSD)** - «Recomendações para vacinação de toda a população residente e profissionais nos Estabelecimentos Residenciais Para Idosos (ERPI)» e do **Projeto de Resolução n.º 841/XIV/2.ª (PS)** - «Recomenda ao Governo que acione a Rede Social de forma a proceder à identificação das estruturas residenciais não licenciadas, para que os seus utentes e colaboradores possam ser enquadrados no processo de vacinação contra a COVID-19»;



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

#### 5. Outros assuntos

---

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 62, 63 e 64, respetivamente de 17, 24 e 25 de fevereiro de 2021;

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Por versar sobre matéria semelhante à do Projeto de Lei n.º 68/XIV/1.ª (PCP), a elaboração do parecer do Projeto de Lei n.º 704/XIV/2.ª (BE) - «Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador» foi igualmente atribuída ao Senhor Deputado Fernando José (PS).

O Senhor Presidente informou ainda que baixou à Comissão de Orçamento e Finanças com conexão à CTSS, o Projeto de Lei n.º 680/XIV/2.ª (CDS-PP) - «Fomenta a formação de trabalhadores, em contexto de ensino superior».

Por último, informou que baixaram à Comissão os Projetos de Resolução n.ºs 975/XIV/2.ª (CDS-PP) - «Majoração do limite mínimo do subsídio por cessação de atividade e do subsídio por cessação de atividade profissional» e 1008/XIV/2.ª (PAN) - «Uma portaria de qualidade para o acolhimento Residencial de crianças e jovens».

De seguida, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) informou que havia baixado à Comissão de Saúde o Projeto de Resolução n.º 954/XIV/2.ª - «Reforço do serviço de

## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

apoio domiciliário com cuidados de saúde». Porém, na sua opinião o mesmo deveria ser distribuído à CTSS, com conexão à Comissão de Saúde, por estar em causa o serviço de apoio domiciliário. Nesse seguimento, o Senhor Presidente agradeceu à Senhora Deputada Helga Correia (PSD) a informação prestada e indicou que a CTSS ficaria a aguardar o resultado do pedido de redistribuição da referida iniciativa.

3. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 529/XIV/1.ª (BE)** - «Recomenda ao Governo que equipare e abranja as forças militarizadas nas condições e regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social das forças militares, procedendo à alteração da Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro»;

A discussão do supramencionado projeto de resolução decorreu nos termos que constam da respetiva informação, para a qual se remete, e que aqui se dá por reproduzida, registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados João Vasconcelos (BE), Diana Ferreira (PCP), Olga Silvestre (PSD) e João Paulo Pedrosa (PS).

4. Fixação da redação final do **Projeto de Resolução n.º 814/XIV/2.ª (PSD)** - «Recomendações para vacinação de toda a população residente e profissionais nos Estabelecimentos Residenciais Para Idosos (ERPI)» e do **Projeto de Resolução n.º 841/XIV/2.ª (PS)** - «Recomenda ao Governo que acione a Rede Social de forma a proceder à identificação das estruturas residenciais não licenciadas, para que os seus utentes e colaboradores possam ser enquadrados no processo de vacinação contra a COVID-19»;

O Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) pediu então a palavra para informar que o seu Grupo Parlamentar já havia enviado à CTSS uma sugestão para acrescentar, ao texto final, as siglas do Conselho Local de Ação Social (CLAS), da Comissão Social de Freguesia (CSF) e da Comissão Social Inter-Freguesia (CSIF).



## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL**

O Senhor Presidente colocou então à votação a redação final, a qual foi fixada nos termos propostos, já com o aditamento mencionado pelo GP do PS, e sem votos contra.

#### **5. Outros assuntos**

No derradeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu nota da grelha de tempos a utilizar na audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, Miguel Cabrita, a realizar na reunião da CTSS da semana seguinte, às 11h30 de quarta-feira, 10 de março.

O Senhor Presidente informou ainda que, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, estava agendada para dia 9 de março, pelas 9h15, uma Conferência de Alto Nível sobre o Futuro do Trabalho intitulada: «Trabalho Remoto: Desafios, Riscos e Oportunidades», que contaria com a participação da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, entre outros oradores de relevo, pelo que convidou as Senhoras e os Senhores Deputados que assim pretendessem a procederem à sua inscrição na Conferência, que se realizaria por via eletrónica.

Por outro lado, o Senhor Presidente sugeriu que a discussão do Projeto de Resolução n.º 940/XIV/2.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a descentralização das juntas médicas para confirmação e graduação de incapacidade em processo de reparação de doença profissional», cuja apreciação estava incluída nos Outros Assuntos desta reunião, a pedido do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), fosse agendado para a reunião da próxima semana, o que não mereceu oposição.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) indagou então sobre a realização da próxima audição regimental da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), em especial se o Governo já teria indicado a sua disponibilidade, e ainda sobre o agendamento das audições do Senhor Presidente do Tribunal de Contas e do Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Senhora MTSSS, a requerimento do GP do PSD.



## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL**

O Senhor Presidente esclareceu que a Senhora MTSSS ainda não manifestara a sua disponibilidade para a próxima audição regimental e que as audições em falta seriam prontamente agendadas, tendo em conta a disponibilidade dos visados.

No uso da palavra, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) mencionou que na discussão e votação na especialidade das Apreciações Parlamentares n.ºs 39/XIV/2.ª (BE) e 41/XIV/2.ª (PCP) - «Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro, que “Estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais”» o seu GP havia alertado para o facto de, no seu entender, se registar uma incoerência legislativa relativamente ao que foi consignado pelo Governo na alteração legislativa operada pelo Decreto-Lei n.º 14-B/2021, de 22 de fevereiro, ao Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro, que foi apreciado no âmbito do referido processo legislativo. Com efeito, recordou que havia mencionado o risco de votar alterações a um Decreto-Lei que já havia sido alterado pelo Governo, uma vez que tal poderia resultar em incongruências legislativas. Assinalou ainda que o GP do PS defendeu que não existia qualquer incongruência, no entanto, no que se refere ao texto final da alínea a) do n.º 4 do artigo 3.º, o seu GP considerava que existia uma incompatibilidade com o restante diploma e com a proposta de alteração do n.º 2 desse preceito, aprovada por iniciativa do seu GP

Posto isto, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) sugeriu que a CTSS se reunisse no dia seguinte para fixação da redação final dos dois textos, ou que a mesma fosse dispensada, assim como o prazo para reclamação de inexatidões, regimentalmente consagrado, tendo em conta a urgência do assunto e a necessidade de os apoios serem distribuídos às famílias o mais rapidamente possível.

No uso da palavra, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) mencionou que estaria de acordo com qualquer das soluções, tendo por base que o seu GP sempre pugnou pela maior celeridade na conclusão deste processo, de modo a que os apoios em causa sejam distribuídos aos destinatários.



## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL**

Neste seguimento, o Senhor Presidente indagou os Senhores Deputados se pretendiam agendar uma reunião para o dia seguinte ou se defendiam a dispensa da redação final. Tendo em conta a posição manifestada pela maioria dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente referiu que se pugnaria então pela dispensa de redação final, a qual poderia ser requerida por qualquer GP à Mesa da Assembleia da República.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de março de 2021.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**Pedro Roque**



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 65/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)  
Eduardo Barroco De Melo (PS)  
Fernando José (PS)  
João Paulo Pedrosa (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sílvia Torres (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Maria Germana Rocha (PSD)  
Ofélia Ramos (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)  
Pedro Roque (PSD)  
José Moura Soeiro (BE)  
Diana Ferreira (PCP)  
João Pinho De Almeida (CDS-PP)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Lúcia Araújo Silva (PS)  
Maria Joaquina Matos (PS)  
Martina Jesus (PS)  
Carla Madureira (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Firmino Marques (PSD)  
João Vasconcelos (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros (PSD)  
Isabel Pires (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Soares (PS)